

Ainda estamos aqui: literatura e resistência no Brasil hoje¹

Regina Dalcastagnè*

Resumo

Desde 2014, com a entrega dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, a ditadura militar volta a ser tema entre autores e autoras que buscam discutir o passado a partir, especialmente, da perspectiva daqueles que herdaram a dor: amigos e familiares de torturados, mortos e “desaparecidos”. Discuto, aqui, um conjunto de livros recentes que se debruçam sobre o que resta da ditadura na vida brasileira. Muito mais do que cicatrizes de um tempo distante, vamos encontrar histórias que não se concluíram, feridas que continuam latejando. Bernardo Kucinski, Marcelo Rubens Paiva, Julián Fuks e Maria Pilla, entre outros, dão guarida em suas narrativas à memória desses tempos que não deveriam retornar e nos alertam não sobre o passado, mas sobre os riscos do futuro, em um momento de nova ruptura democrática no país.

Palavras-chave: literatura brasileira contemporânea, Comissão Nacional da Verdade, resistência, ditadura brasileira

¹ Este texto é uma versão modificada do trabalho apresentado como conferência de abertura na Journée d'Études “Littérature et Dictatures”, na Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, no dia 9 de outubro de 2017.

* Professora titular de literatura brasileira da Universidade de Brasília, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea. E-mail: rdal@unb.br

Résumé

Depuis 2014, à la remise du rapport final de la Commission Nationale de la Vérité au Brésil, la dictature militaire est redevenue sujet d'intérêt pour des auteur.e.s qui cherchent à rediscuter le passé, surtout du point de vue de ceux qui sont les héritiers de la douleur : amis et familles des torturés, tués et portés « disparus ». Je discute ici d'un ensemble d'œuvres parues récemment qui se penchent sur ce qu'il reste de la dictature dans la vie Brésilienne. Bien plus que des cicatrices d'un temps lointain, nous trouvons des histoires qui ne sont pas achevées, des blessures qui continuent à pulser. Bernardo Kucinski, Marcelo Rubens Paiva, Maria Pilla et Julián Fuks, entre autres, abritent dans leurs récits le souvenir de ces temps qui ne devraient pas revenir et nous avertissent non du passé, mais des risques de l'avenir, dans un moment de nouvelle rupture de l'ordre démocratique du pays.

Mots-clés : littérature Brésilienne contemporaine, Commission Nationale de la Vérité, résistance, dictature au Brésil

Sartre dizia que a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e se considerar inocente diante dele². Parece justo pensar que o próprio autor deva estar inscrito nessa equação. Em *Bolor* (de 1968), impressionante romance português sobre os tempos do salazarismo, Augusto Abelaira coloca em cena um pintor que, desconsolado, propõe o silêncio dos artistas, um “pôr-se entre parêntesis até que o mundo se transforme”. Ciente de que, com vontade ou sem ela, a arte dá “satisfação às necessidades vitais de beleza, não de todos os homens, mas somente de alguns: e os piores”, ele se dilacera em seu conflito, sem, é claro, conseguir parar de produzir. Até que encontra uma solução provisória: pinta o retrato de uma mulher nua, extremamente bela de rosto, mas com um corpo repelente, coberto de chagas. Depois, esconde suas feridas sob uma camada de tinta especial, que se decompõe com o passar dos

² Jean Paul Sartre, *O que é a literatura?*, trad. de Carlos Felipe Moisés, São Paulo, Ática, 1989 [1948], p. 21.

dias, revelando a obra original: “Ao fim de algum tempo, o bom burguês, comprador de uma genial Vênus para seu repouso, para embelezamento da sua sala de estar, verá aparecer uma imagem repugnante. E, pelo menos como artista, deixarei de contribuir para o sossego dele”³.

Mudar o mundo é tarefa grande demais para a literatura, ou para qualquer forma de arte. Se limitada ao interior da própria obra, essa luta estará desde sempre fadada ao fracasso. O pintor de Abelaira confessa que nem tem certeza de que a tinta, de fato, descascará um dia, mas, além de inscrever a resistência em sua obra, ele o faz diante dos seus, manifestando o próprio desconforto e convidando os outros ao enfrentamento, ou ao menos a uma reflexão sobre o seu papel político na sociedade. Alguns anos depois, o brasileiro Osman Lins, no romance *Avalovara* (de 1973), coloca a mesma angústia nas palavras de seu protagonista:

A indiferença do escritor é adequada à sua presumível elevação de espírito? Para defender a unidade, o nível e a pureza de um projeto criador, mesmo que seja um projeto regulado pela ambição de ampliar a área do visível, tem-se o privilégio da indiferença? Preciso ainda saber se na verdade existe a indiferença: se não é – e só isto – um disfarce da cumplicidade. Busco as respostas dentro da noite e é como se estivesse nos intestinos de um cão. A sufocação e a sujeira, por mais que procure defender-me, fazem parte de mim – de nós. Pode o espírito a tudo sobrepor-se? Posso manter-me limpo, não infeccionado, dentro das tripas do cão? Ouço: ‘A indiferença reflete um acordo, tácito e dúbio, com os excrementos’. Não, não serei indiferente.⁴

Assim como o pintor de Abelaira, a personagem de Osman Lins se questiona e questiona, dolorosamente, a própria arte até chegar a uma resposta possível: “Não pretendo ser limpo: estou sujo e sufocado, nos intestinos de um cão. Angustia-me, claro, reconhecer que a sombra da opressão infiltra-se nas minhas armações e envenena-as. Por outro lado, isto me causa uma espécie de alegria negra. Que se salve, das tripas, o que pode ser salvo – mas com o seu cheiro de podridão”⁵.

Estamos vivendo um momento de muita tensão no Brasil. O golpe de 2016 (gestado pelo Congresso, pelo Judiciário, pela mídia, pelas grandes

³ Augusto Abelaira, *Bolor*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1970 [1968], p. 70.

⁴ Osman Lins, *Avalovara*, São Paulo, Melhoramentos, 1973, pp. 339-40.

⁵ *Ibid.*, p. 383.

empresas, pelos latifúndios e pelo capital internacional) destituiu uma presidente legitimamente eleita e vem se empenhando no desmonte de qualquer política social instaurada nos anos anteriores. Com isso atinge, especialmente, os direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos trabalhadores, dos moradores das periferias, da população LGBT, dos pobres, buscando limitar sua inserção social e suas formas de manifestação. Daí os ataques frequentes ao ensino público, à liberdade de expressão e de cátedra, ao pensamento crítico. Por isso, agora, mais do que nunca, é preciso estarmos atentos às vozes que eles querem calar, ao que essas vozes têm a nos dizer, ao que elas acrescentam na compreensão de nossa realidade e em termos de ampliação dos recursos estéticos disponíveis para reinterpretar o mundo.

O historiador francês Lucien Bianco dizia que “as armas dos fracacos são sempre fracas armas”⁶, mas é com elas que teremos que lutar. Nossas soluções serão precárias, angustiadas, desesperançadas, até, mas talvez nos permitam ficar de pé enquanto as coisas não mudam. Podemos usar o discurso, nossa arma principal, para referendar o que querem os poderosos (como fazem, inclusive, alguns colegas e escritores), mas também podemos usá-lo para desmascará-los ou, mesmo, para tirar o seu sossego. Participar do debate político em um momento de ruptura da democracia, contaminar a própria escrita em busca do desmascaramento de um processo autoritário é ainda acreditar – nos homens e mulheres e na própria literatura como instrumento de ação. Quando desistirmos de nossa capacidade de acreditar, a luta, enfim, estará perdida.

A literatura (e penso aqui especialmente no romance, por sua abrangência maior) talvez ainda possa nos ajudar a entender o caos desses dias. Mas, enquanto os livros sobre o golpe de 2016 são gestados, vale fazer um percurso de volta às obras que têm como foco a ditadura de 1964. Não as narrativas produzidas na época⁷, que são muitas e que se debruçam sobre um presente que parecia, então, não ter fim – nesse aspecto, um tempo parecido com o que estamos vivendo hoje –, mas alguns livros muito recentes, que trazem para o centro da cena os sobreviventes, lançando uma indagação sinistra sobre a lembrança de cada vida perdida: como não percebemos o que estava acontecendo, e o

⁶ Lucien Bianco, *apud* Pierre Bourdieu, *La domination masculine*, Paris, Seuil, 1998, p. 38.

⁷ Para uma leitura anterior dessas obras, ver Regina Dalcastagnè, *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*, Brasília, Editora UnB, 1996.

que estava por vir, se todos os indícios apontavam para isso? Não é sem um frio na espinha que lemos essas histórias neste momento.

Vou discutir brevemente neste texto – mais com o intuito de apresentação de algumas questões – quatro livros. O primeiro, *K: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, foi publicado em 2011, e os outros três saíram em 2015: *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, *A resistência*, de Julián Fuks e *Volto semana que vem*, de Maria Pilla. Foram selecionadas, apenas, narrativas que tratam de pessoas “de verdade”, que estão ou estiveram entre nós, enfrentando, de diferentes formas, a opressão. Embora lidem com acontecimentos reais, esses livros não se apresentam como relatos – eles exploram diferentes recursos literários para chegar até seus leitores, completando, muitas vezes, os vazios da memória com as possibilidades da ficção.

É importante lembrar, também, que essas obras (como várias outras que foram publicadas no mesmo período) surgem no bojo da implementação da Comissão Nacional da Verdade, oficialmente instalada no Brasil em 16 de maio de 2012, com o objetivo de resgatar “a memória e a verdade sobre as graves violações de direitos humanos” ocorridas entre 1946 e 1988, “contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos”⁸, conforme mensagem de 12 de maio de 2010 do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, encaminhando – com muito atraso, quando pensamos no contexto da América Latina – o projeto de lei de criação da comissão. Os trabalhos da Comissão foram encerrados no final de 2014, com a entrega de um extenso relatório em três volumes, inteiramente disponível hoje no site da CNV (em <http://www.cnv.gov.br/>).

K., de Bernardo Kucinski

No terceiro volume do relatório, onde constam informações sobre mortos e desaparecidos políticos no Brasil, já é citado o livro de Bernardo Kucinski⁹ (publicado em 2011), que traz a história de sua irmã, Ana Rosa Kucinski, e do marido dela, Wilson Silva, desaparecidos em 1974. Ela tinha

⁸ Ver Comissão Nacional da Verdade, *Relatórios*, vol. 1, 2014, p. 20, disponível em <http://www.cnv.gov.br/>. Consultado em 19 de junho de 2018.

⁹ Bernardo Kucinski, *K: relato de uma busca*, São Paulo, Expressão Popular, 2011.

32 anos, era professora de Química da USP (a Universidade de São Paulo, mais importante instituição de ensino do país); ele, também com 32 anos, era físico – ambos militavam na ALN, a Aliança Libertadora Nacional. No entanto, mais do que a narrativa da captura e assassinato do jovem casal, essa é a história de um pai (um poeta judeu polonês que fugiu para o Brasil na Segunda Guerra) buscando, desesperadamente, a filha.

O livro é montado com capítulos intercalados: sobre o pai e seu périplo; sobre o casal (claramente ficcionalizado, uma vez que a família não sabia da militância de Ana Rosa, e sequer sobre seu casamento); sobre as indagações angustiadas do próprio autor. Um capítulo traz a fala em primeira pessoa da amante de um torturador; outro, os transtornos mentais de uma faxineira que teria trabalhado em um dos centros de tortura existentes no país; há até uma cena imaginada a partir da reunião da Congregação do Instituto de Química da USP, que demitiu Ana Rosa em 1975, por abandono de emprego, embora todos já soubessem, à época, o que tinha, de fato, acontecido.

É um livro meio atravancado, aflito, que expressa inúmeras impossibilidades (inclusive da própria escrita) e parece ter como objetivo principal não deixar que a história da irmã desapareça, como desapareceram com seu corpo. Embora o percurso dessa família seja individual, sabemos bem que não foi único, que ele se expande e se completa com a dor de tantos outros que viveram a mesma experiência. O pai da jovem Ana Rosa não deixa de ser um representante de pais e mães que seguiram, e seguem até hoje, tentando ter notícias do que fizeram de seus filhos.

Proibido pelos rabinos de colocar uma lápide no cemitério judaico para dizer que sua filha existiu, o pai monta um memorial sobre ela, um pequeno livro que sirva de matzeivá (a pedra tumular), para distribuir de mão em mão e mandar para os parentes, mas o dono da gráfica se recusa a imprimir dizendo que “ela era uma terrorista”. Por fim, ele tenta escrever a história da filha em iídiche, mas não consegue, porque sente que a língua não a comporta, também. Sente-se culpado por ter se dedicado à língua e à poesia enquanto a filha era sequestrada e morta pelo regime. Sobra uma desolada carta, que ele escreve em hebraico para a neta.

O livro de Bernardo Kucinski parece ser, então, o legado da luta do pai para não deixarem que a filha desaparecesse do mundo sem que ficasse por aqui um único registro sobre ela. Ou que sobrasse apenas a fala dos agentes da repressão, como a do ex-delegado da Polícia Civil Cláudio Guerra, em seu relato à Comissão Nacional da Verdade:

Eu me lembro muito bem do casal, Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, por conta de um incidente no caminho entre a rua Barão de Mesquita e a usina. Eu e o sargento Levy, do DOI, fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida no corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano. Eu não prestava muita atenção nos cadáveres que transportava. Até porque eles nos eram entregues dentro de um saco. O problema é que, quando estávamos indo do Rio em direção a Campos, já quase chegando lá, bem naquela reta da estrada, o Chevette que viajávamos simplesmente pegou fogo. Os corpos do casal não tinham sido afetados pelo incêndio do carro. O que fizemos? Simplesmente saímos do veículo. Naquela época não havia celular, era tudo mais difícil. O sargento Levy pegou carona até um telefone público, ligou para a usina [Usina Cambahyba] e eles vieram nos resgatar na estrada.¹⁰

Nem é preciso dizer do profundo descompasso entre a angústia do não conseguir dar conta da complexidade de uma existência subtraída, tal como aparece no livro de Kucinski, e a terrível e violenta banalidade dessa fala.

Ainda estou aqui, de Marcelo Rubens Paiva

Assim como Ana Rosa, o deputado federal Rubens Paiva também teve quem, de algum modo, registrasse sua memória (ao contrário de tantos anônimos – índios¹¹, negros, moradores de periferia¹², camponeses que desapareceram sem deixar rastros). Seu filho, Marcelo Rubens Paiva, ficou conhecido como escritor em 1982, com o lançamento de *Feliz ano velho*, onde ele falava do acidente que o deixou paraplégico e do desaparecimento do pai, morto pela ditadura.

¹⁰ Cláudio Guerra, “relato à Comissão Nacional da Verdade”, *Relatórios*, vol. 3, 2014, p. 1648-9, disponível em <http://www.cnv.gov.br>. Consultado em 19 de junho de 2018.

¹¹ Para entender a situação dos indígenas durante a ditadura, ver o consistente trabalho de Rubens Valente, *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*, São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

¹² Um romance com a rara perspectiva dos trabalhadores que vivem na periferia de uma grande cidade é o de Sônia Regina Bischain, *Nem tudo é silêncio*, São Paulo, Coletivo Cultural Poesia na Brasa, 2010.

Em *Ainda estou aqui*, mais de 30 anos depois, o foco é a mãe, dona Eunice Paiva, a bela mulher que, segundo o autor, abandona os estudos para enfeitar os salões do marido político e que após a morte de Rubens Paiva precisa cuidar sozinha dos cinco filhos, sem ter sequer um atestado de óbito para resolver as pendências econômicas. É quando ela resolve voltar para a faculdade e fazer Direito, tornando-se uma advogada importante nas causas indígenas, além de uma figura pública na luta pelo reconhecimento dos desaparecidos políticos – até envelhecer e adoecer com Alzheimer.

O livro é montado, então, a partir dessa premissa – mais do que a resistência contra o desaparecimento do pai (preso e assassinado em 1971, cujo corpo também não foi localizado), trata-se de um movimento de resistência contra o desaparecimento daquela que lutou contra o desaparecimento do pai. A mulher que fazia questão de aparecer com a família sempre sorrindo nas fotos dos jornais, ao mesmo tempo em que exigia o esclarecimento dos fatos e a restituição do corpo do marido.

Assim, o livro passa da história da perseguição e do assassinato do pai para a atuação da mãe e, daí, para a angústia do filho diante da mulher que perde a memória. O Alzheimer, aqui, embora seja uma realidade, também funciona como metáfora, da mesma forma que no livro de Kucinski, que se inicia evocando o esquecimento coletivo da ditadura. Há uma tentativa de entender o sentido do esquecimento e sua relação com a identidade do sujeito:

O passado é conservado por ele mesmo. Nos segue por toda a vida. Nosso cérebro foi feito para guardar o passado e trazê-lo à tona quando precisamos, para esclarecer uma situação do presente. Se não fosse esse truque do cérebro, acharíamos que o passado continua presente. Enlouqueceríamos. Tem uma válvula que registra o ano em que as coisas aconteceram. Válvula que, quando sonhamos, é aberta. Mas e quando o presente não faz sentido? Quando ele passa a não existir, vira um furacão de imagens, um vento que impede de se enxergar com clareza, é substituído pela memória? Não. Pois, como não precisamos dela, já que não existem questões a serem esclarecidas no presente, a memória também se apaga.¹³

¹³ Marcelo Rubens Paiva, *Ainda estou aqui*, Rio de Janeiro, Alfaguara, 2015, p. 249.

Ainda estou aqui, publicado após os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, ao contrário de *K.*, traz informações sobre o que de fato aconteceu com o pai, inclusive quem acabou, sem querer, entregando-o, quem o matou, como e, até, ao som de qual música... Por isso, não é um livro que busca entender o passado, talvez sua proposta tenha mais a ver com um alerta: isto aconteceu, isto realmente aconteceu, e pode voltar a acontecer com qualquer um. Mostra um pouco, também, do sentimento de “como não percebemos que isso podia acontecer”? Há até a expressão de uma certa raiva do pai por ter se deixado apanhar, por ter voltado do exílio após nove meses fora do país, por não ter levado a mulher e os filhos embora e impedido que fossem submetidos a isso. É que além de tirar tudo dessas famílias, o regime ainda lhes deixou a culpa.

A resistência, de Julián Fuks

Já o livro de Julián Fuks, *A resistência*, tem um contexto bem diferente. O protagonista e narrador escreve sobre o irmão adotado, um bebê argentino que ele desconfia ter sido retirado de uma mãe prisioneira política – uma das tantas crianças desaparecidas das prisões argentinas:

Não quero imaginar um galpão amplo, gélido, sombrio, o silêncio asseverado pela mudez de um menino franzino. Não quero imaginar a mão robusta que o agarra pelas panturrilhas, os tapas ríspidos que o atingem até que ressoe seu choro aflito. Não quero imaginar a estridência desse choro, o desespero do menino em seu primeiro sopro, o anseio pelo colo de quem o receba: um colo que não lhe será servido. Não quero imaginar os braços estendidos de uma mãe em agonia, mais um pranto abafado pelo estrando das botas contra o piso, botas que partem e o levam consigo: some a criança, resta o vazio. Não quero imaginar um filho como uma mulher em ruína. Prefiro deixar que essas imagens se dissipem no inaudito dos pesadelos, pesadelos que me habitam ou que habitaram uma cama vizinha à minha.¹⁴

Contextualizando, a ditadura na Argentina durou de 1976 a 1983. Em outubro de 1977, oito mães de desaparecidos se reuniram pela primeira vez em Buenos Aires, convencidas de que suas filhas foram

¹⁴ Julián Fuks, *A resistência*, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 11.

sequestradas ainda grávidas ou com seus bebês recém-nascidos. É quando surge o movimento que depois seria conhecido como as Avós da Praça de Maio. A ditadura argentina fez mais de 9 mil vítimas, com cerca de 500 crianças roubadas – pouco mais de 100 delas foram localizadas até agora por seus familiares.

No livro de Fuks, os pais são intelectuais de esquerda argentinos, dois psicanalistas que adotam a criança e fogem para o Brasil, tendo outros dois filhos no país. O romance fala da angústia do protagonista em relação a esse irmão, a essa possível história do irmão, que vive trancado em seu quarto. Enquanto ele escreve, o irmão é uma matéria que resiste, em silêncio – ele se recusa até mesmo a ler o livro, quando o autor lhe oferece o original, antes de publicar.

O romance, assim, se configura como um apelo ao silêncio do irmão, um pedido de desculpas por se ver na necessidade de contar essa história, que *pode ser* a do irmão, mas que efetivamente é a de centenas de crianças desaparecidas. A partir do foco no irmão, o livro cresce pelas beiradas, acompanhando a fuga dos pais, a prisão e tortura de amigos e conhecidos, o exílio, o sentimento de culpa, mais uma vez.

É uma obra contida e desolada, com capítulos curtos e interrupções, com vazios e espaços em branco. Além disso, traz um mistério que não se resolve. Embora em nenhum momento essa informação seja dada, seja no interior da obra ou em suas orelhas, trata-se da história dos pais e do irmão de Julián Fuks. Daí o seu desconforto calculado, na necessidade de, como o autor mesmo afirma em entrevistas, “expor questões íntimas que se tornam inevitavelmente políticas, sociais, e ganham uma relevância que vai além de mim mesmo”¹⁵.

Embora seja a história de sua própria família, é interessante observar que de uns anos para cá vão surgindo narrativas que incorporam a experiência de brasileiros na ditadura Argentina, ou de argentinos exilados no Brasil¹⁶. Não eram comuns antes, nem em romances nem em relatos sobre o período.

¹⁵ Julián Fuks, *apud* Sara Otto Coelho, “Julián Fuks: ‘Houve muita resistência para escrever este livro’”, in *Observador*, disponível em <https://observador.pt/2016/03/06/julian-fuks-houve-muita-resistencia-escrever-livro/>. Consultado em 19 de junho de 2018.

¹⁶ Só como exemplo, lembro dos romances de Beatriz Leal Craveiro, *Mulheres que mordem*, Rio de Janeiro, Ímã, 2015, e de Paloma Vidal, *Mar azul*, Rio de Janeiro, Rocco, 2012. Ambos, apesar de se passarem no Brasil, remetem a situações e personagens argentinas.

Volto semana que vem, de Maria Pilla

Se em Marcelo Rubens Paiva temos a perspectiva do filho sobre a mãe, em Bernardo Kucinski, o olhar do irmão e do pai sobre a irmã e a filha, e por fim, em Julián Fuks, o do filho e irmão sobre os pais e o irmão adotado (todos homens e, de algum modo, distantes dos acontecimentos), em *Volto na semana que vem*, de Maria Pilla, nos vemos diante de uma espécie de ficção autobiográfica. Ela constrói uma narrativa fragmentada baseada em sua própria história de militância política, sobre sua prisão e exílio, embora perpassada pelas histórias de outros militantes e companheiros, em passagens por Porto Alegre, São Paulo, Cincinnati, Paris e Buenos Aires.

Organizados por datas e locais, que vão e vem, os capítulos, sempre muito curtos, saltam entre cidades e épocas diferentes, procurando assim estabelecer conexões que vão além do compartilhamento de lugar e tempo, abarcando as relações entre as muitas vidas interrompidas pela intolerância e pela violência política que tomaram conta do Brasil e de outros países da América Latina entre os anos 1950 e o início da década de 1990. Abaixo, um exemplo dessa construção, o capítulo que traz como título “1980 – Verão portenho em Montmartre”:

O cadáver era de um jovem, morto dentro do ônibus. Anos depois, em Paris, Julia lembrou aquele dia em Buenos Aires. Cinco ou seis militantes do Exército Revolucionário do Povo da zona sul de Buenos Aires desarmando um guarda dentro do coletivo. Um policial, viajando como passageiro, sacou a arma. O companheiro de Julia não teve tempo de reagir. Caiu, atingido no peito. Mas agora, passado muito tempo desde aquele verão, seu corpo franzino estremecia num soluço. Era quase sempre assim. Por isso apreciávamos um silêncio tácito entre nós. O corpo dele seguira num automóvel de apoio à ação armada. Não houve velório, não houve oração nem flores. A vítima precisava sumir. Julia não enterrara seu morto, que retornava de vez em quando.

Em 1971, no quarto do hotel em Buenos Aires, eu lia e relia a notícia da morte de um jovem militante da ERP num ônibus. Acabara de chegar da Europa, via Chile, para militar naquela organização, sem imaginar como minha vida estaria soldada aos personagens dessa história. Muitos laços se criariam entre nós, dos da militância aos afetivos. Tudo isso lembrávamos em Montmartre,

olhando a luz da tarde nos telhados daquele antigo bairro operário. Era o verão de 1980 e Julia remexia com a ponta do sapato o areão da praça.¹⁷

Como se pode ver, a fragmentação do tempo e os rápidos deslocamentos espaciais se explicitam no interior mesmo dos capítulos, mostrando como vidas e acontecimentos estão interligados pela memória e pela dor. Maria Pilla foi militante de esquerda no Brasil, exilou-se, mas depois voltou para militar na Argentina, onde foi presa em 1975 e torturada. Passou dois anos encarcerada (parte dos relatos se passam, justamente, na prisão feminina) e então se mudou para Paris. Voltou ao Brasil 22 anos depois da despedida de seu pai.

Esse livro, bem mais introspectivo, ao contrário dos outros, não parece buscar respostas, nem mesmo exigir justiça. Nesse sentido, talvez seja até mais angustiante que os anteriores. É a história de uma mulher ferida tentando achar espaço para guardar seus mortos, daí os diferentes nichos que vão aparecendo, como se fossem gavetas de um grande arquivo da memória. É uma narrativa melancólica, e triste, que nos leva de um lado para outro, transportando sempre um terrível sentimento de perda.

Como dizia no início, há uma diferença muito grande entre essas quatro obras e aquelas produzidas e publicadas nos anos 1960 e 1970. De um modo geral, os livros, lá, possuíam uma urgência que não existe aqui. Falavam de um presente que parecia que não acabaria nunca, e, por isso, dobravam-se, doloridos, sobre si. A resistência, então, estava ligada ao ato de falar, às vezes cifradamente, sobre aquilo que não se podia dizer. Resistia-se no gesto de contar, na esperança de que alguém ouviria, e de que alguém pudesse ser salvo. E a gente lia, durante a ditadura ou anos depois, querendo entender e não permitir que voltasse a acontecer. Líamos com a compreensão de que aquela história falava daquele tempo e daquele lugar, mas que se referia a cada um de nós.

Nos romances recentes, parece que a resistência tem a ver, ainda, com a luta contra o amesquinamento da própria experiência da dor (da perseguição, da tortura, do desaparecimento, da morte). Mas tem a ver, também, com a necessidade de dizer que eles não terão a última palavra sobre nossas vidas e sobre nossos corpos.

Para encerrar, trago algumas imagens de um projeto chamado

¹⁷ Maria Pilla, *Volto semana que vem*, São Paulo, Cosac Naify, 2015, p. 14-5.

Ausências, do fotógrafo argentino Gustavo Germano¹⁸. Ele trabalhou com álbuns de famílias brasileiras, colombianas, uruguaias e argentinas – a começar pela sua própria – que tiveram filhos, pais e mães, irmãos e amigos assassinados pelo regime. Colocou lado a lado fotos dos álbuns e outras refeitas por ele, no mesmo local, com os sobreviventes nas mesmas posições, marcando, justamente, a irremediável perda.



1967

Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira
Ana Lucia Valença de Santa Cruz Oliveira
Ana Carolina Valença de Santa Cruz Oliveira
Marcelo de Santa Cruz Oliveira
Ana Maria Valença Maia



2012

Ana Lucia Valença de Santa Cruz Oliveira
Ana Carolina Valença de Santa Cruz Oliveira
Marcelo de Santa Cruz Oliveira
Ana Maria Valença Maia



1947

Luiz Afonso Lincik
Joao Carlos Haas Sobrinho
Roberto Luiz Haas
Deltmar Antonio Lincik



2012

Luiz Afonso Lincik
Roberto Luiz Haas
Deltmar Antonio Lincik

¹⁸ O projeto *Ausências* está disponível no site do fotógrafo: <http://www.gustavogermano.com/>
Consultado em 19 de junho de 2018.



1976
Orlando René Mendez
Laura Cecilia Mendez Óliva
Leticia Margarita Óliva



2006
Laura Cecilia Mendez Óliva



1966
Ana Rosa Kucinski Silva



2012

Olhar essas fotografias e ler esses livros hoje, em meio a um novo golpe no Brasil – com resultados ainda imprevisíveis, embora preocupantes – pode nos fazer questionar a validade da luta dos que vieram antes de nós, dos que foram torturados e mortos por acreditarem em algo que incluía o nosso futuro. Prefiro pensar que essas pessoas, que agora estão abrigadas na memória daqueles que as amaram e em alguns projetos literários e artísticos, nos deram 30 anos de democracia. Eu aproveitei cada um desses anos e, por isso, lhes sou profundamente grata.

A luta agora é nossa.